

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº 49, DE 2016 (do Sr. Padre João)

Requer o encaminhamento de pedido de informação aos Srs. Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Justiça e Cidadania e das Relações Exteriores a respeito das providências administrativas tomadas para que o Estado Brasileiro garanta, de maneira imediata e adequada por meio da efetivação de contribuição financeira voluntária, a preservação das atividades de proteção e promoção dos direitos humanos pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), acometida atualmente por grave crise financeira.

Senhor Presidente:

Requeiro, com base no artigo 50 da Constituição Federal de 1988 e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Sr. Ministro da Justiça e Cidadania e ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, no sentido de esclarecer esta Casa legislativa quanto às providências administrativas tomadas para que o Estado Brasileiro garanta, de maneira imediata e adequada por meio da efetivação de contribuição financeira voluntária, a preservação das atividades de proteção e promoção dos direitos humanos pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), acometida atualmente por grave crise financeira, que poderá inviabilizar o funcionamento deste importante órgão regional de proteção dos direitos humanos. Tendo em vista a situação financeira emergencial da CIDH, solicita, ainda, informações sobre a existência de previsão de contribuição a ser realizada no presente exercício pelo Estado Brasileiro.

JUSTIFICATIVA

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) desta Casa tomou conhecimento sobre a preocupação manifestada, em carta aberta de 16 de junho de 2016, por cinquenta e oito (58) entidades da sociedade civil brasileira com relação à a grave crise financeira que se abate sobre a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Igualmente, em carta aberta de 25 de maio de 2016, trezentos e cinquenta (350) entidades de todo o continente pedem o comprometimento dos países com a recuperação financeira da CIDH.

A CIDH é um dos principais órgãos de promoção e proteção dos direitos humanos em âmbito regional. No Brasil, foi fundamental no processo que levou à construção de um

arcabouço legal e institucional para o enfrentamento da violência doméstica, no marco do caso Maria da Penha, para citar um exemplo.

Não obstante sua importância, o órgão tem sobrevivido, historicamente, com um magro orçamento, que atualmente chegou ao ponto de comprometer o bom desempenho das suas funções essenciais e do mandato que lhe foi atribuído pelos Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O presidente da CIDH anunciou que em 23 de maio de 2016: “estamos à beira do colapso como nunca antes”, pois ao cabo de julho de 2016 vencem 40% dos contratos seu pessoal e a Comissão não tem os fundos para renová-los. Já foram também suspensas as visitas in loco da CIDH aos países da região previstas para este ano, bem como suas sessões de número 159 e 160, inicialmente previstas para julho e outubro deste ano, devido à escassez de recursos.

Hoje, cerca de 50% do orçamento da CIDH depende de transferências voluntárias, que incluem doações de entidades públicas e privadas internacionais, mas principalmente de membros da OEA. A outra parcela do orçamento da CIDH é composta por uma fatia fixa de 6% dos fundos regulares da OEA, que, por sua vez, são formados pelo pagamento de cotas obrigatórias por cada membro da organização. As cotas variam de acordo com o tamanho da economia dos países.

Contudo, a falta de pagamento das cotas obrigatórias por parte de países como o Brasil abriu um rombo no orçamento da OEA. Balanço parcial de 2015 publicado em maio mostra que, até setembro do ano passado, a dívida dos Estados com a OEA chegava a USD 24,5 milhões.

Pela situação exposta e considerando que no dia 27 de maio de 2016 o Brasil, junto com Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru, divulgou uma declaração especial no marco da última Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul – realizada em Montevidéu – reconhecendo a importância dos trabalhos da CIDH e se comprometendo a buscar soluções para a crise, é que solicitamos que sejam prestadas dentro da maior brevidade possível as informações por esta via requeridas.

Sala das Comissões, 04 de julho de 2016.

Deputado Padre João-PT/MG